

Mais do mesmo: a contra-reforma do ensino superior de Lula e Tarso Genro

MARCELO BADARÓ MATTOS

PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

Quando tratamos do ensino superior brasileiro, não há como fugir à constatação de um quadro contraditório: o acesso ao ensino superior ainda é no Brasil uma possibilidade distante para a imensa maioria da população; nos últimos anos (especialmente a partir de 1995), o crescimento das matrículas deu-se principalmente no setor privado; temos sido, desde a ditadura militar, mas com particular ênfase a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, um campo de provas, manejado por discípulos fiéis, para as propostas dos organismos financeiros internacionais, cujo norte sempre foi a diminuição dos investimentos governamentais nas instituições públicas e o fomento à expansão do setor privado; porém, apesar de tudo isso, possuímos ainda um grande patrimônio coletivo armazenado nas Universidades Públicas, responsáveis pela imensa maioria da pesquisa científica e tecnológica produzida no país e pela formação dos melhores quadros profissionais especializados.

Partir dessa constatação é uma condição para entendermos em que contexto e com que propostas o governo de Lula da Silva está conduzindo a sua (contra-)reforma universitária.

A universidade em que vivemos

Parto de uma aproximação em tom mais pessoal sobre o trabalho numa Universidade Pública, para tentar atingir uma caracterização mais ampla do quadro atual da vida universitária brasileira, resultante de suas especificidades históricas e, particularmente, dos impactos já bastante sensí-

veis das políticas educacionais dos últimos dez anos. Como políticas de caráter semelhante têm sido postas em prática não apenas no Brasil, olho ao meu redor e encontro muitas afinidades com a caracterização que Pierre Bourdieu fez de seus pares (?) franceses, constatando “o fato de os intelectuais não estarem preparados para intervir no mundo político, nem preparados nem inclinados. Você poderia dizer que há profissionais do conhecimento do mundo social, os economistas, os sociólogos, os antropólogos, pessoas cuja ocupação é estudar o mundo social. Mas isso também não se passa dessa maneira. Essas pessoas podem estar fechadas em suas pequenas especialidades. Podem estudar, por exemplo, a escolaridade numa favela do Brasil, ou o recrutamento social na Universidade de Coimbra, ou em Tóquio, mas se você pede para fazerem uma relação entre aquilo que estudam e o FMI, o Banco Mundial, mostrando que o que se passa em Coimbra ou em Tóquio, conforme comprovam as estatísticas, só pode ser entendido se analisarmos o conjunto da evolução; se você diz esse tipo de coisa, escuta como resposta: ‘Ele é politizado, quer me politizar, quer me tirar da minha especialidade’. Falo de um tipo de reflexividade sobre a posição ocupada no mundo científico, que tem também suas relações de força e dominação. E é nesse sentido que posso convencer as pessoas de boa-fé de que a preocupação com os grandes problemas contemporâneos não é uma espécie de luxo, não é assinar uma petição para ficar com a consciência tranqüila.”¹

Há pouco tempo li, numa dessas listas de discussão que existem entre professores universitários a seguinte declaração de uma professora, que – não intencionalmente, é claro – confirma minha concordância com Pierre Bourdieu no trecho acima citado. No *e-mail* da docente, que reclamava contra o movimento sindical docente, este era tratado como um “‘sindicalismo’ de médios”, seus participantes eram chamados de “esses politiqueiros que nos representam”, para concluir: “Infelizmente, na atual situação das universidades públicas (...) no grau de cobrança que nos atingiu (Capes, CNPq, etc): ou se trabalha e produz (ensino ou pesquisa) ou se faz política. Eu escolhi a primeira... mas, infelizmente quem me representa escolheu a segunda.”²

¹ Pierre Bourdieu, entrevistado por Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro, Eduerj, 2002, p. 31-32.

² As reticências pertencem ao original.

Curioso com tal radicalismo anti-participação política, usei dos mesmos recursos tecnológicos para constatar via plataforma Lattes³ que aquela professora, bem como alguns dos que comentaram no mesmo tom sua mensagem na lista, não eram propriamente “líderes de pesquisa” de suas áreas. Até por isso, deve ser motivo de reflexão a facilidade com que ouvimos regularmente comentários deste tipo, que me parecem ser resultado não apenas de um quadro geral de despolitização (o que é sempre um reforço direto ou indireto à politização pelo viés conservador) e individualização que são marcas de nosso tempo, como também representam uma mudança específica do trabalho nas Universidades. Uma mudança que demarca, de um lado, o esforço por isolar os movimentos organizados portadores de projetos alternativos e, de outro, a incorporação dos parâmetros de definição do que vem a ser o labor universitário apresentados pelos projetos governamentais.

Tenho enfatizado que o projeto implantado para o ensino superior brasileiro nos anos 1990, foi e continua sendo um projeto de “menos universidade”.⁴ Menos universidade tem um sentido qualitativo e não quantitativo: rebaixamento da perspectiva da universidade como um direito do cidadão. A isso corresponde a difusão da idéia de ensino superior como serviço regido por regras de mercado. Redução da universidade, também no sentido de que se abre mão do princípio da qualidade do trabalho universitário consagrado na Constituição a partir do artigo que define a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, ou seja, por esse princípio constitucional, Universidade deve ser uma instituição que não apenas reproduz, mas produz conhecimento original. O que, por certo, se relaciona com a proposta de inserção subordinada do Brasil na nova ordem globalizada (e com os projetos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial dos quais nos fala Bourdieu), que nos dispensa da ambição de produção de conhecimento científico-tecnológico original, bastando-nos manter a ba-

³ A Plataforma Lattes é um banco de dados mantido na *internet* pelo CNPq, contendo currículos da maioria dos pesquisadores hoje em atividade no Brasil.

⁴ Ver Marcelo Badaró Mattos. *Contra a contra-reforma universitária do governo Lula. In Reforma da educação superior ou destruição da Universidade pública?*. Belém, out. 2004 (Caderno Adufpa); *A precarização do trabalho docente nas instituições federais de ensino superior. Caderno Andes Regional Leste*, Belo Horizonte, 2003; e Marcelo Badaró Mattos. *O Programa Nacional de Capacitação Docente do ANDES-SN em tempos de PQI. Cadernos Andes-SN de Política Educacional*, n. 2, 2002.

lança comercial através da exportação de grãos, para que possamos continuar importando mercadorias e pacotes tecnológicos produzidos alhures. Sobre-nos a aplicação prática de conhecimentos e procedimentos a alguma mercadoria, algo que agora se define como “inovação tecnológica”.

Avalio que essa proposta de redução da universidade se produz a partir de duas vertentes principais que se desdobram em muitas outras: a implantação de uma lógica de funcionamento empresarial (combinada à privatização de fato do mercado educacional); e a busca por instrumentos de diferenciação/hierarquização entre instituições e no interior de cada uma delas.

A expressão privatização demanda que a precisemos: privatização no sentido do crescimento do ensino superior privado, crescimento notável por qualquer estatística. Os dados até 2001 davam conta de que desde o início da década anterior se deu um crescimento de 60% no número de instituições de ensino superior nesse país e entre as novas instituições a imensa maioria era de instituições privadas. No caso das matrículas, embora o Brasil continue a manter um enorme déficit de vagas para o ensino superior, foi invertida a relação que antes vigorava, pois até o fim dos anos 1980 a maioria das matrículas estava no setor público e hoje 72% delas estão concentradas no setor privado. Isto, mesmo apesar das universidades federais terem ampliado suas vagas (apesar das restrições orçamentárias e de pessoal) em 46% entre 1996 e 2002. Como negócio, o Ensino Superior movimentou no Brasil cerca de R\$ 90 bilhões por ano (segundo dados da revista *Exame*).

O processo, porém, também se reflete nas instituições públicas, pela combinação do corte de recursos orçamentários, com políticas que estimulam a captação dos necessários recursos complementares para a manutenção das instituições segundo regras “de mercado”.

Os professores das Universidades Públicas foram, nesse contexto, arrojados nos seus salários. Não havendo a reposição de vagas decorrentes das aposentadorias, reinou a precarização como alternativa, na forma da contratação de professores “substitutos”, “temporários” e similares. Na “gestão da mão-de-obra”, observa-se, portanto, o padrão empresarial de “enxugamento” de custos sendo aplicado por iniciativa governamental.

Além da privatização, tal política de redução da Universidade se dá também através de um processo de hierarquização, de diferenciação dirigida. Hierarquização e diferenciação entre instituições: entre aquelas instituições

que são consideradas – por uma tradição, por um passado, por um investimento maior, pela ligação com áreas mais desenvolvidas do país – como instituições de excelência e as demais instituições, que são definidas como meros núcleos de reprodução de conhecimento, de formação de mão-de-obra qualificada.

Sabendo, como o sabemos, que há uma diferença significativa no perfil do ensino superior brasileiro, poderíamos supor que uma avaliação das desigualdades fosse necessária para se tentar estabelecer metas em direção a um padrão unitário de qualidade. O que se vê, no entanto, em todas as propostas de “avaliação” formuladas pelos governos nos últimos anos, é o objetivo de petrificar o perfil desigual, restringindo ainda mais as possibilidades de melhorias qualitativas naquelas instituições mais recentes, com corpo docente menos qualificado, em regiões nas quais o ensino público ainda domina.

Essa diferenciação entre instituições rebate numa diferenciação entre setores das instituições: núcleos de excelência, “institutos do milênio”, setores de ponta da instituição, de um lado; e o “resto” de outro. Da mesma forma procura-se hierarquizar os professores, não por critérios acadêmicos clássicos, mas por indicadores de “produtividade”, derivados da lógica gerencial privada. Essa diferenciação teve sempre por objetivo focalizar recursos ou programas apenas para aqueles núcleos da atividade universitária “avaliados” positivamente segundo tais critérios, mesmo que, com as restrições generalizadas, até esses espaços recebam hoje, comparativamente, menos verbas públicas do que recebiam há 15 anos.

Daí que os professores encontrassem como saída para continuar a valorizar seu trabalho nas universidades e manter as próprias instituições, superar as barreiras e produzir o mais possível. Se a qualidade dessa produção foi, em grande medida, elevada e contribuiu para avanços significativos em diversas áreas do conhecimento, essa “estratégia adaptativa” parece já ter alcançado os seus limites, pois a cada momento somos cobrados por novos indicadores de “produtividade”, o que torna praticamente impossível a combinação de quantidade com qualidade, ameaçando mesmo a saúde física dos professores.⁵ Por outro lado, políticas de financiamento

⁵ Sobre as condições de stress a que se submetem os pesquisadores nas atuais condições, de um ponto de vista médico, ver de L. Meis et alii. The growing competition in brazilian science. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, v. 36, n. 9, 2003.

“induzido” para determinadas áreas e temáticas (vide os fundos setoriais e outras modalidades de editais dirigidos para especialidades do conhecimento) têm resultado em um extremo direcionamento da pesquisa científica e tecnológica para aqueles objetos “financiáveis”, resultando indiretamente em perda de autonomia dos pesquisadores universitários na definição de suas prioridades de investigação, que deveriam ser definidas conforme critérios acadêmicos e sociais.

No momento atual, as saídas indicadas pelo “produtivismo” não parecem ser capazes de resolver os dilemas que estão dados. Franklin Leopoldo e Silva localiza no quadro atual das políticas públicas para o ensino superior uma combinação entre o atendimento aos “interesses *reais* (financeiros) das empresas de ensino” e a contemplação de forma “*fictícia* [a]o anseio e a pressão dos segmentos atualmente excluídos, encenando uma política educacional de maior abrangência social”.⁶ Suas previsões são pouco otimistas, pois prevê, no médio prazo, “a inversão do padrão de qualidade. Disso resultará uma hegemonia do sistema privado, fortalecido econômica e politicamente. Resultará também uma pressão sobre a universidade pública para a acomodação a um modelo definido pela ausência de formação, pelo interesse no resultado imediato.”⁷

Mas essa configuração não é nova e seu peso já vem sendo sentido, seguindo ainda Leopoldo e Silva, para quem as universidades públicas e seus profissionais já há algum tempo vem se enfraquecendo, embora certas vezes acreditem poder sublimar tal quadro de regresso com um recolhimento ao “mito da excelência”: “Esse processo, aliás, já está em curso: basta observar as restrições de fato que se fazem à liberdade de organização do ensino e da pesquisa, e que se manifestam tanto nas regulamentações extrínsecas como na escassez administrada de que padecem as instituições. Muitas dessas exigências acabam sendo introjetadas: acabam sendo vividas como convicções; e isso repercute intensamente na identidade institucional da universidade. Entre a indiferença e a acomodação, a universidade pública vem buscando, desde a Nova República, refúgio na qualidade técnica e na assimilação do produtivismo, o que tem redundado tanto na perda da autonomia

⁶ Franklin Leopoldo e Silva. *Nem as ilhas resistirão. Reportagem*, n. 56, mai. 2004, p. 46.

⁷ *Idem*, p. 46.

quanto no enfraquecimento do compromisso social.(...) As universidades públicas estão ou enfraquecidas ou recolhidas ao mito da excelência. Mas não há ‘ilha de excelência’ que possa resistir por muito tempo.”⁸

Na área de humanas, mais particularmente, esse fenômeno foi acompanhado de um outro, que poderia ser associado, gerando analogias frutíferas, ao que Antonio Gramsci chamava de “transformismo”. Na acepção original, tal categoria de análise foi empregada pelo filósofo italiano de forma combinada à discussão sobre a “revolução-restauração” ou “revolução passiva”, tendo como objeto o processo de formação do Estado Moderno na Itália. Assim, o transformismo foi pensado “como ‘documento histórico real’ da real natureza dos partidos que se apresentavam como extremistas no período da ação militante (Partido da Ação).” Gramsci identificou duas fases do transformismo. A primeira delas, compreendida entre 1860 até 1900, constituiria o “transformismo ‘molecular’, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à ‘classe política’ conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido ‘domínio’ ditatorial por uma ‘hegemonia’)”.⁹ Em seguida, grupos políticos e partidos inteiros viveram seu transformismo.

Em outro momento de sua obra, Gramsci exemplifica a aplicação da categoria a determinados grupos de intelectuais: “Eficácia do movimento operário socialista na criação de importantes setores da classe dominante. A diferença entre o fenômeno italiano e o de outros países consiste, objetivamente, no seguinte: que, enquanto nos outros países o movimento operário e socialista elaborou personalidades políticas singulares que passaram para a outra classe, na Itália, ao contrário, elaborou grupos intelectuais inteiros, que realizaram esta passagem como grupos. A causa do fenômeno italiano, ao que me parece, deve ser buscada na escassa aderência das classes altas ao povo: na luta das gerações, os jovens se aproximam do povo; nas crises de mudança, tais jovens retornam à sua classe (foi o que ocorreu com os sindicalistas-nacionalistas e com os fascistas). No fun-

⁸ *Idem*, p. 46-47.

⁹ Antonio Gramsci. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 5, p. 286.

do, trata-se do mesmo fenômeno geral do transformismo, em condições diversas. (...) A burguesia não consegue educar os seus jovens (luta de geração): os jovens deixam-se atrair culturalmente pelos operários, e chegam mesmo a se tornar – ou buscam fazê-lo – seus líderes (desejo ‘inconsciente’ de realizarem a hegemonia de sua própria classe sobre o povo), mas, nas crises históricas, retornam às origens.”¹⁰

Encontramos todos os dias, nos corredores das universidades, com figuras que – tanto do ponto de vista das concepções de sociedade, quanto especificamente no que tange à defesa de determinados projetos de universidade – parecem exemplificar vivamente a análise de Gramsci. Formados no interior do debate dos socialistas, no contexto de resistência à ditadura militar, hoje professam abertamente o credo neoliberal, ou simplesmente o respaldam através de um discurso cético e de uma prática que objetiva deslegitimar as entidades e propostas menos conformadas à ordem. Os tons específicos do quadro brasileiro recente foram resumidos por Marcelo Ridenti, que mesmo sem partir dessa mesma referência, apresenta de forma análoga a trajetória de muitos intelectuais e artistas que nos anos 1960 eram engajados nas lutas contra a ditadura e nos anos 1990 transformaram-se em paladinos do produtivismo e da lógica mercantil aplicada à produção do conhecimento. “Às vezes a (auto)crítica do engajamento dos anos 1960 não foi senão a máscara para o triunfo da concepção (neo)liberal do indivíduo, da sociedade e da política. No lugar do intelectual indignado, dilacerado pelas contradições da sociedade capitalista, agravadas nas condições de subdesenvolvimento, passava a predominar o intelectual *competente* e *competitivo* no mercado de idéias, centrado na carreira e no próprio bem-estar individual. Entrava em franco declínio o modelo do intelectual ou artista de esquerda dos anos 1960, engajado, altruísta, em busca da ligação com o povo – tido hoje por muitos como mera expressão do *populismo*, manipulador dos anseios populares; ou, na melhor das hipóteses, como arquétipo do intelectual quixotesco e ingênuo. Ia-se estabelecendo o protótipo do *scholar* contemporâneo, egocêntrico, desvinculado de compromissos sociais, a não ser que eles signifiquem avanço em suas carreiras profissionais individuais,

¹⁰ Antonio Gramsci. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 2, p. 94-95.

como as dos numerosos professores que já foram críticos da ordem capitalista a ocupar cargos públicos em governos que adotam medidas neoliberais. Atuam como técnicos a serviço do funcionamento saudável da ordem estabelecida, sem maiores dramas de consciência, talvez se agarrando ainda à ideologia de que estão no poder para o bem do povo e da nação, uma vez amadurecidos e livres das utopias voluntaristas dos anos 1960, que só aparentemente teriam sido revolucionárias.”¹¹

Em relação ao momento atual, aberto com a vitória eleitoral de Lula da Silva, em 2002, vivemos já a segunda etapa do transformismo em relação à Universidade – a da conversão de grupos inteiros e organizações ao quadro antes combatido – e isto não se dá exclusivamente em relação à Universidade, pois que projetos de Universidade sempre se referem a projetos de sociedade. Não apenas nos corredores encontramos intelectuais antes combativos agora convertidos ao produtivismo e ao “a-politicismo” a que se referiu Bourdieu, defendendo publicamente ou aceitando passivamente a lógica imposta pelas políticas de governo, como começamos a assistir ao movimento de conversão à ordem de grupos inteiros de lideranças e de organizações que haviam se sobressaído na década de 1990 por suas posições de resistência às políticas privatizantes no ensino superior. Esta parece ser uma das chaves de força do atual governo quando lida não apenas com os intelectuais ou as Universidades, mas no seu trato com os movimentos sociais em geral.

■ Aonde querem chegar – a contra-reforma universitária de Lula da Silva

Conforme já assinalei, embora propostas de restrição do caráter público das Universidades e de desresponsabilização do Estado para com o financiamento do ensino superior tenham sido apresentadas por governos anteriores, foi ao longo dos dois mandatos de FHC, com Paulo Renato de Souza (ex-funcionário do Banco Mundial, hoje consultor de “empreendimentos educacionais”) à frente do Ministério da Educação, que se acelerou o processo de privatização do ensino superior no país. Privatização no sentido de

¹¹ Marcelo Ridenti. *Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60?* In: Elide Rugai Bastos et alli. *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo, Cortez, 2003, p. 206-207.

ampliação do setor privado e também privatização interna das instituições públicas, com os cursos pagos, a lógica produtivista, a gestão empresarial e o cerco para que as instituições passassem a interagir com o “mercado” através de fundações privadas que administram recursos de convênios e projetos – a maioria públicos – além das mensalidades dos cursos pagos, como se empresas fossem.

FHC e Paulo Renato impuseram novidades como o “provão” – a obrigatoriedade de um exame de fim de curso, objetivando criar ranqueamento dos cursos e instituições, pautado por critérios nada acadêmicos –; o maior controle sobre as eleições e nomeações para os cargos dirigentes das Universidades Públicas; a implantação de novas diretrizes curriculares para os cursos superiores, reduzindo ao máximo sua abrangência e duração, bem como regulamentando modalidades aligeiradas de diplomação; a invenção dos centros universitários, modalidade jurídica de instituições com prerrogativas de autonomia universitária sem o compromisso de qualidade com a produção da pesquisa em paralelo ao ensino; ou ainda a “flexibilização” do salário docente, nas instituições federais através do pagamento de uma gratificação variável, atrelada a uma avaliação produtivista (a GED e a GID). Mas não conseguiram aprovar todos os seus projetos, pois a resistência da comunidade universitária organizada lhes impôs limites, derrotando propostas como a “regulamentação” da autonomia universitária e a implantação do sistema de contratação via CLT, ironicamente chamado de “emprego público”, para docentes e técnico-administrativos das instituições federais.

Da mesma forma que, em 2003, o governo Lula da Silva apresentou e fez passar uma (contra)reforma da previdência que mantinha os princípios, aprofundando a retirada de direitos que caracterizava a primeira etapa da reforma feita por FHC no sistema previdenciário brasileiro, o que Lula e Tarso estão fazendo com as universidades hoje possui o mesmo norte de continuidade com as mudanças introduzidas pela gestão anterior na área do ensino superior.

Afirmo que estão fazendo e não estão propondo, porque a contra-reforma já está em curso. E vem sendo implantada de cima para baixo, sem espaço para debates efetivos, pelos caminhos nada democráticos dos decretos e medidas provisórias. Começou pela aprovação, através de Medida Provisória, do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), que

mantém o modelo da prova obrigatória para concluintes, como o provão, embora agora por amostragem. Indo além, centraliza todo o processo em uma comissão nomeada pelo governo, cerceando ainda mais a autonomia universitária.

Estão fazendo a reforma por decreto, como prova o Decreto 5.205, editado no mês de setembro de 2004, que tenta tornar legal o inconstitucional, “regulamentando” as Fundações de Apoio Privadas que atuam junto às Universidades Públicas, verdadeiros dutos através dos quais se canaliza a gestão privatizante de recursos, com contratação precária de pessoal, cobrança de mensalidades, percentuais de financiamentos públicos retidos em suas estruturas burocráticas e total falta de transparência na prestação de contas. Para dimensionar o grau do estrago produzido por essas fundações, podemos citar alguns dados sobre a Universidade de São Paulo (USP), a partir do trabalho sistemático de levantamento e denúncia feito pela Associação dos Docentes da USP (Adusp): “no ano de 2001, na Universidade de São Paulo, vinte e cinco entre trinta fundações prestaram contas à universidade e o total de dinheiro que arrecadaram foi de R\$ 457 milhões. O orçamento da USP naquele ano era de R\$ 1,27 bilhões, ou seja, elas captaram 36% do orçamento público da universidade. Elas captaram isso de forma privada, não faz parte do orçamento público. Quanto foi transferido desse montante para a universidade? Entre 3 e 4,5%, o que significou 1 a 1,5% do orçamento da universidade. Então, dos 36% que eles captaram, usando a imagem da Universidade, usando o nome, docentes, espaço, tudo, somente muito pouco foi transferido para a universidade. Onde foi parar o resto do dinheiro? Essas coisas não são tratadas de forma clara.”¹²

Por medida provisória também foi implantado o ProUni (chamado antes de Universidade Para Todos), um programa de compra de vagas nas instituições privadas de ensino superior. Apresentando à sociedade como uma proposta de avanço na “inclusão social” dos mais pobres e vítimas de discriminação nos bancos universitários, trata-se na verdade de um programa que subsidia o lucro privado no negócio da educação superior, com recursos públicos da ordem de bilhão de reais, através de isenção fiscal.

¹² Américo Kerr. O movimento docente e os desafios da conjuntura. *Adufepe: 25 anos em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade*. Recife, Adufepe, jun. 2004, p. 76.

Hoje, a maioria das instituições privadas, declaradas filantrópicas, já usufrui um subsídio, na forma de renúncia fiscal, na casa de R\$ 840 milhões anuais. Com o ProUni, as filantrópicas poderão transformar-se em instituições empresariais (ou seja, com fins lucrativos explícitos), transferindo patrimônio, distribuindo lucros e dividendos aos acionistas, quer dizer, convertendo à apropriação privada, sem barreiras, tudo o que foi acumulado graças a décadas de subsídio público.

Através do ProUni, o subsídio pode chegar a R\$ 2 bilhões por ano (se o conjunto das instituições aderir). Isso além dos R\$ 871 milhões aplicados (valores de 2004) no Programa de Financiamento Estudantil (Fies), que deveria ser um financiamento com retorno para o pagamento de mensalidades, mas é dinheiro a perder de vista, com possibilidade de perdão de dívidas no final, como aconteceu em 2004 com a anistia de boa parte das dívidas com o programa anterior (o crédito educativo).

Ou seja, o governo falou primeiro em pelo menos 400 mil vagas gratuitas nas instituições privadas e na MP reduziu sua meta para 300 mil vagas (em cinco anos e incluindo na conta as atuais bolsas das filantrópicas), prevendo já de início que a metade delas se constituiria em bolsas parciais de 50% (o que o *lobby* das privadas tratou de flexibilizar ainda mais no Congresso, restando, ao fim e ao cabo, um percentual mínimo de bolsas efetivamente integrais subsidiadas pelo programa), estando disposto para isso a transferir cerca de R\$ 3 bilhões por ano para o sistema privado. Levou isso adiante mesmo com os reitores das Universidades Federais tendo demonstrado que com mais R\$ 1 bilhão por ano no seu orçamento, seria possível ao sistema federal criar 400 mil novas vagas, generalizando o horário noturno.

E não é só, pois o ProUni prevê que as bolsas podem ser conferidas a estudantes de graduação ou de cursos sequenciais – invenção da era FHC/ Paulo Renato –, cursos de curta duração, sem qualquer qualidade, baseados apenas na expectativa de emprego por meio de qualificação, alimentada em face do nível estratosférico de desemprego. Ou seja, a proposta é tentar conter a demanda dos setores populares pelo direito ao ensino superior, mediante de vagas em supermercados de diploma, em cursos sem qualidade, tendo o ganho adicional de garantir a lucratividade de um setor empresarial ameaçado pelos mais de 30% de inadimplência.

Não é só minha a avaliação de que o ProUni é um programa direcionado para os interesses dos empresários do ensino superior. Passo a palavra a eles, como na nota publicada em jornais de grande circulação, em 24 de abril de 2004, em que o proprietário da maior instituição privada de ensino superior do país, João Carlos Di Genio, afirmava o apoio dos empresários do setor ao Programa Universidade para Todos. Ou o artigo publicado em *O Dia*, em 15 de setembro de 2004, no qual o reitor da UniCarioca confirmava seu apoio à Medida Provisória do ProUni, afirmando que ela atende aos anseios do setor em termos muito claros do ponto de vista da lógica empresarial. Nas palavras dele: “Chegou a vez da educação (...) O grande mercado para o crescimento do ensino universitário é o da classe C, que pode pagar por um curso superior, mas encontra dificuldades em arcar com o valor atual das mensalidades escolares.”

O ProUni é a primeira aplicação no ensino superior do princípio das Parcerias Público-Privado (PPPs), que Lula trabalhou para ver aprovadas a qualquer custo no Senado. Pelas PPPs, o governo abre setores novos ao investimento privado, apoiados não apenas através dos subsídios, mas também da garantia de cobertura com dinheiro público do lucro previsto, caso ele não seja alcançado pelas leis do mercado. E o modelo PPPs adentra no interior das Universidades Públicas, também por meio da Lei de Inovação Tecnológica. Um projeto apresentado em 2001 por FHC, que o governo Lula aperfeiçoou – para pior – e tratou de aprovar no Congresso, em dezembro de 2004. Nele, os docentes e técnicos-administrativos das Universidades são estimulados a se transformarem em “empreendedores” – pesquisadores/empresários – firmando convênios com empresas para emprestar a capacitação de pessoal e os laboratórios da Universidade aos objetivos de desenvolvimento de produtos e processos que seriam propriedade privada dessas empresas, “protegidos” por segredo de mercado, não podendo ser submetidos ao princípio acadêmico da circulação livre do conhecimento.

Se tudo isso já está decretado, o que falta então? Falta completar o serviço de FHC/Paulo Renato, avançando na total derrubada dos princípios públicos que teimam em orientar o trabalho no interior das instituições. Em 2003, circulou um documento do Ministério da Fazenda que incluía as Universidades Públicas como um setor em que os gastos seriam excessivos, diante dos recursos orçamentários cada vez mais contingenciados para garantir o superá-

vit primário e, portanto, afirmando que o Estado continue pagando, como fez em 2003, R\$ 132 bilhões para as dívidas interna e externa, sobrando apenas R\$ 70 bilhões para todos os demais gastos orçamentários.

A lógica de corte de gastos do documento da Fazenda esteve presente em outro documento oficial, resultante do trabalho de uma comissão interministerial encarregada de examinar a reforma universitária, em fins de 2003.¹³ Nele se dizia claramente que a expansão do ensino superior continuaria se dando prioritariamente pelo caminho privado e que a expansão do setor público estaria condicionada a um enxugamento de gastos, com ampliação da carga de trabalho docente e investimento nos cursos de graduação à distância, em especial nas licenciaturas, forma aviltante de diplomar professores sem contato com outros professores e com o ambiente universitário.

Tudo isso foi sistematizado no documento divulgado pelo MEC, em meados de 2004, que foi chamado de *Documento II*,¹⁴ com as diretrizes para a Reforma Universitária. O documento admitia que a reforma já estava em curso, ao mencionar o Sinaes como parte do projeto maior. Suas diretrizes foram aplicadas integralmente no Anteprojeto de reforma do ensino superior, apresentado em dezembro de 2004 e que hoje (maio de 2005) está em discussão no âmbito do MEC, com promessa de apresentação de uma nova versão nas próximas semanas.¹⁵

O anteprojeto de dezembro de 2004 apresenta-se como instrumento de regulamentação de todo o sistema de ensino superior brasileiro, mas na prática amplia as facilidades para a expansão desordenada do setor privado, pois nivela por baixo os requisitos para considerar-se uma instituição como Universidade, reafirma o caráter dos centros universitários como instituições que gozam de autonomia para expansão de vagas embora não desenvolvam pesquisa ou extensão e transfere para a esfera estadual muitas das prerrogativas de controle sobre o sistema, facilitando a ação

¹³ Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Reforma Universitária, versão de 15 dez. 2003.

¹⁴ BRASIL. MEC. *Reforma da Educação Superior. Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior. Documento II*. Brasília, 2004 (mimeo).

¹⁵ Trabalhamos aqui com a versão disponibilizada no sítio do Ministério (www.mec.gov.br), consultada em abril de 2005. Foi-nos muito útil a publicação *Análise do GTPE/ANDES-SN do anteprojeto de lei da educação superior do MEC, versão de dezembro de 2004*. Brasília. ANDES-SN, 2005.

clientelística dos empresários do setor. Ou seja, neste aspecto, a definição constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como garantia de qualidade das Universidades, é sumariamente desrespeitada pela proposta.

Para as instituições públicas, segue a lógica do atrelamento da autonomia universitária às definições sobre o financiamento que atravessou todos os esforços de “regulamentação” (leia-se restrição) da autonomia desenhados na época do governo FHC. O principal instrumento para isso seria a vinculação do financiamento ao cumprimento de metas estabelecidas em Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), definidos em cada instituição, conforme o parâmetro estabelecido pelo governo e cuja avaliação seria acompanhada por “Conselhos Comunitários”, compostos conforme definições externas às instituições. É o retorno da proposta dos contratos de gestão, aprovados no bojo da “reforma do Estado” conduzida por Bresser Pereira no primeiro mandato de FHC e implantados em diversas áreas do serviço público, mas não nas universidades, graças à resistência interna naquela época. O anteprojeto prevê ainda o subsídio do Estado às instituições privadas e afirma ser facultativo o financiamento público à pesquisa e extensão nas instituições públicas, admitindo, portanto, a restrição do financiamento às atividades de ensino.

A autonomia constitucional é violada também no que diz respeito ao aspecto acadêmico, pois o projeto define de forma restritiva o enquadramento dos cursos em sete campos de saber (com o objetivo de estabelecer parâmetros facilitadores da classificação de instituições – privadas – como Universidades), ignorando as formas recentes de organização transdisciplinar de vários cursos existentes nas instituições públicas.

A autonomia é atacada, ainda, em seu aspecto administrativo, pois além de amarrar as administrações universitárias aos PDIs, o anteprojeto submete as instituições federais ao definir que seus estatutos sejam enviados para exame do Conselho Nacional de Educação (*locus* privilegiado de atuação dos interesses privatizantes) e estejam sujeitos ao poder de veto ministerial. Embora reconhecendo a eleição direta dos dirigentes, o projeto interfere na autonomia das instituições para definir suas regras eleitorais, afirmando a majoritariedade do peso docente nos processos eleitorais. Regra que se estende à composição dos Conselhos Superiores.

No que tange ao princípio constitucional da gratuidade, o projeto restringe-o aos cursos de graduação e pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, abrindo espaço para a sacralização da atual prática, ilegal porém usual, de cobrança de mensalidades em cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outras modalidades do que passa a ser definido como “formação continuada”.

Já a importantíssima questão do acesso ao ensino superior é tratada no anteprojeto como desdobramento das medidas anteriores, particularmente o ProUni, evidenciando uma prioridade para a ampliação das vagas no setor privado. Para as instituições públicas, define-se uma meta de expansão para que elas respondam por 40% das vagas até 2011 (o que seria apenas retomar o patamar de dez anos atrás). Porém, como veremos adiante, sem acrescentar qualquer aporte de recursos às instituições, tal meta parece inexequível, e a aproximação desse percentual só poderia ser conseguida, nas atuais condições de penúria institucional, à custa de graves prejuízos à qualidade do ensino (via ensino à distância, por exemplo).

Modalidades diferenciadas e fragmentadas de acesso, como a definição de cotas para negros e estudantes de baixa renda oriundos da escola pública, são apresentadas de uma forma que caracteriza tais variações de políticas afirmativas como focalizadas, pois não as insere em qualquer perspectiva de universalização do direito de acesso ao ensino superior. E ao invés de propor garantias de permanência para os setores estudantis da classe trabalhadora (como as verbas próprias para as instituições manterem moradia, alimentação e bolsas para estudantes), o anteprojeto impõe a estes a alternativa do Programa Primeiro Emprego, modalidade que significa, do ponto de vista dos estudantes, a inserção precarizada no mercado de trabalho e para as instituições a tentativa de substituir docentes e técnicos-administrativos efetivos em atividades essenciais ao funcionamento das instituições.

Em suma, longe de significar uma possibilidade de afirmação de princípios públicos ou uma proposta de avanço na resolução dos problemas que efetivamente atingem as universidades brasileiras, a proposta de “reforma universitária” do governo Lula da Silva, conduzida por Tarso Genro é mais um passo na direção do processo de privatização da educação superior no país. Para tanto, contorna, re-significa, restringe, ou mesmo viola diretamente todos os preceitos constitucionais (autonomia, indissociabilidade e gratuidade) que —

definidos a partir das lutas em defesa da Universidade Pública nos anos 1980 – ainda significam limites ao desmonte completo dessas instituições no país. Trata-se, pois, de mais uma contra-reforma, de caráter regressivo, que avança na definição do ensino superior como serviço regido pela lógica de mercado, e é contrária a qualquer concepção que valorize a Universidade Pública como direito dos cidadãos. É mais do mesmo.

■ **Falsos argumentos, transformismo nos movimentos e projetos alternativos**

Para tentar estabelecer bases mínimas de consenso ou, pelo menos, criar espaços de propaganda de sua proposta, o MEC vem agindo em duas frentes. De um lado, apresenta falsas premissas sobre sua proposta de reforma universitária, que comprovariam o caráter progressista do projeto, apresentado como materialização – nos marcos do momento atual – das históricas bandeiras de defesa da Universidade Pública. De outro lado, opera para apresentar à sociedade um simulacro de debate democrático da proposta, trabalhando para obter o aval de intelectuais e entidades historicamente identificadas com pressupostos opostos aos do conteúdo substantivo do projeto, mas que hoje operam por uma lógica que subsume sua autonomia e princípios fundadores ao compromisso político de suas direções com o governo capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores. No mesmo diapasão, o discurso ministerial busca estigmatizar como fechados ao diálogo, ou presos a premissas corporativas, arcaicas e autoritárias, todos os setores e entidades que apresentam uma crítica fundamentada e organizam uma resistência ativa a tal projeto, mantendo-se coerentes com as propostas alternativas construídas sobre premissas históricas dos movimentos. Assim, cabe-nos analisar com mais profundidade os argumentos do governo, contrapondo-os a algumas elaborações coletivas alternativas.

Entre os argumentos alardeados pelo MEC para defender sua proposta de reforma universitária, está a idéia de que o projeto apresentado, por receber críticas de empresários da educação, é favorável a uma expansão da Universidade Pública e contrário aos interesses privatizantes. Nada mais frágil que este argumento, pois já observamos a tática dos setores empresariais e o *modus operandi* do MEC de Tarso Genro na época da aprovação do ProUni. Se a medida provisória que criou o programa já instituía um forte subsídio ao setor

privado, os empresários da educação atuaram na mídia estabelecendo críticas pontuais ao projeto, para em seguida conquistar no Congresso modificações na versão final da lei que aumentaram ainda mais suas vantagens. O governo declarou à imprensa que defenderia até o fim sua proposta, que se opunha à sanha privatista, mas acatou ao fim e ao cabo todas as modificações introduzidas no Congresso, sob o argumento de que representaram o possível na correlação de forças e resultaram de um debate democrático.

Roberto Leher já demonstrou, em artigo recente, como esta oposição do setor empresarial é uma cortina de fumaça sob a qual se esconde o acordo com a linha geral de todas as propostas governamentais para o ensino superior, acompanhado de uma tática de atuação para maximização dos ganhos das instituições privadas (e dos lucros de seus proprietários). Segundo sua análise do documento do Fórum Nacional da Livre Iniciativa da Educação – coletivo que reúne todas as entidades empresariais mais importantes do setor – a respeito do anteprojeto do MEC: “é cristalino que o Fórum acolhe, sem críticas, os principais aspectos da política do governo de Lula da Silva para o setor, como o ProUni, a Inovação Tecnológica, o Sinaes e mesmo o fundamental do anteprojeto. O problema é que essas medidas são consideradas insuficientes: querem mais desregulamentação e liberalização. A divergência não é em relação ao conteúdo. É uma questão de grau. Certamente, o forte *lobby* privatista irá pressionar o governo a incorporar ao seu projeto os anseios do setor privado de modo ainda mais incondicional.”¹⁶

Retomando a atuação empresarial quando da discussão do ProUni, o artigo reforça tal percepção do caráter geral da atuação empresarial: “As queixas dos empresários causam uma sensação de já visto. Com efeito, é muito semelhante ao tom das críticas de setores empresariais ao ProUni. Quando o MEC lançou a idéia, no início de 2004, muitos dirigentes manifestaram contrariedade, alguns de modo agressivo, afirmando que 20% das vagas representam uma contrapartida abusiva à completa isenção de tributos. O governo acusou a pressão e reduziu as bolsas integrais a 10% e, a seguir, já no parlamento, ante novos reclamos e por acordo com a base parlamentar do governo, as bolsas integrais despencaram para 4,25%. Assim,

¹⁶ Roberto Leher. O setor privado critica o Anteprojeto, logo o Anteprojeto é bom. Um mau silogismo para defender a contra-reforma, p. 1. Disponível em www.andes.org.br. Acessado em: abr. 2004.

em retribuição a uma liberação tributária que totalizará mais de R\$ 2,5 bilhões por ano, as empresas do setor cederão cerca de 100 mil bolsas integrais. A previsão inicial era de 400 mil vagas “gratuitas”! Moral da história: reclamar faz bem para os lucros empresariais!”¹⁷

É justamente na questão do financiamento que podemos avaliar com maior precisão o grau de comprometimento da proposta governamental com cada um dos setores – público e privado – no campo da educação superior. Uma leitura mais atenta, acompanhada de um mínimo de informações e disposição para cálculos revela que também é falso o argumento de que a “reforma” representará a garantia de maiores verbas para as Instituições Públicas de Ensino Superior.

Demonstramos que todo um conjunto de medidas já aprovadas pôs em curso essa contra-reforma universitária – ProUni, Sinaes, regulamentação das fundações, Lei da Inovação Tecnológica, Parcerias Público-Privadas – e todas tiveram um sentido privatizante nas suas repercussões sobre o ensino superior. Poderia ter o anteprojeto em discussão um conteúdo diferente no que diz respeito ao financiamento das instituições federais?

Trabalhando com dados desta década constata-se que o país gasta hoje cerca de 4,3% do PIB com a educação. O *Plano Nacional de Educação da sociedade brasileira* (PNE), construído nos Congressos Nacionais de Educação (Coneds), previa a elevação progressiva deste patamar, até alcançar-se os 10% no final desta década. O Congresso Nacional aprovou um PNE com previsão de elevação dos gastos com educação para 7% do PIB em dez anos, mas o presidente FHC vetou esse artigo na lei. A *Agenda para a Educação Superior*, construída pelo Andes-SN (o sindicato dos professores universitários), resgata a idéia da derrubada dos vetos de FHC ao PNE do Congresso, para que o patamar de gastos de 7% do PIB em educação seja considerado um primeiro passo na direção dos 10% propostos no PNE da sociedade brasileira. São patamares necessários para qualquer projeto político que combine resgate da dívida social com política autônoma de desenvolvimento científico e tecnológico e formação de quadros universitários qualificados.¹⁸

¹⁷ *Idem*, p. 2.

¹⁸ Estes dados e vários dos seguintes foram retirados da *Agenda para a Educação Superior*. Brasília: ANDES-SN, 2005.

É preciso lembrar que a equipe de transição do governo Lula havia diagnosticado uma necessidade mínima de elevação desses gastos públicos para 8% do PIB e que o governo, nos seus primeiros anos, caminhou contra essa direção, diminuindo mesmo os montantes orçamentários federais para a educação. No que diz respeito ao ensino superior, entre 2000 e 2003/2004, a redução orçamentária foi da ordem de 20%, aproximadamente (e lembremos que entre 1995 e 2002, o orçamento do MEC caiu de 1,44% do PIB, para 1,26%).¹⁹

Este é o patamar mínimo para iniciar-se a discussão sobre financiamento. Entrando nas propostas para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), vê-se que o canto da sereia do projeto governamental não sobrevive ao mínimo confronto com a realidade. O anteprojeto afirma que sub-vinculará 75% dos 18% da receita líquida de impostos da União para expansão e manutenção das Ifes. Acontece que, desde a vinculação de percentuais da arrecadação a áreas de aplicação, instituída pela Constituição de 1988, principalmente durante a “Era FHC”, o governo federal deixou de instituir novos impostos e passou a criar contribuições e taxas em que as vinculações orçamentárias não se aplicam (como CPMF, Cide, Cofins, etc.). Assim, as receitas de impostos correspondem a apenas 44% do total de receitas da União. Além disso, sobre esse montante já reduzido dos impostos, incide a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que contingencia 20% de todos os recursos, de forma a facilitar garantias como a do superávit primário, visando o pagamento da dívida.

Trabalhando com as afirmações para o ano de 2003, chega-se aos seguintes números: a execução orçamentária de 2003 trazia uma receita bruta de impostos da União de R\$ 113 bilhões, dos quais R\$ 60,4 bi foram transferidos aos estados e municípios, R\$ 23,2 bi foram confiscados pela DRU, sobrando, portanto, R\$ 29,4 bi como receita líquida de impostos da União. Aplicando o índice de 18% sobre esta receita, chegamos a R\$ 5,3 bi que seria a obrigação constitucional mínima da União com Manutenção e Desenvolvimento

¹⁹ Os valores de orçamentos e gastos do governo federal na área educacional foram retirados de um artigo de Roberto Leher publicado no encarte do jornal *Adufrj*, Rio de Janeiro, 14 mar. 2005 e da entrevista com José Marcelino, publicada no mesmo jornal *Adufrj*, Rio de Janeiro, 24 jan. 2005 (disponíveis no sítio www.adufrj.org.br).

do Ensino. Esse valor seria muito inferior, inclusive, aos já reduzidos gastos efetivos do governo com educação naquele ano, que chegaram aos R\$ 10,4 bi (apenas 0,68% do PIB).

Assim, numa projeção aplicada aos dados de 2003, a sub-vinculação prevista no projeto de MEC de 75% dos 18% da receita de impostos da União para as Ifes não representaria novos recursos, mas poderia sim reduzir os escassos já existentes. Na situação de 2003, esta sub-vinculação geraria menos de R\$ 4 bilhões. Naquele ano, a União gastou com ensino superior R\$ 6,7 bi. Mesmo que o governo aprovasse na sua proposta (o que não está previsto no texto até agora, mas tem sido aventado) que esse montante de recursos deve incidir sobre o total de impostos líquidos, sem que a DRU fosse aplicada aos gastos com educação, o valor desses 75% seria equivalente, senão ligeiramente inferior, à previsão orçamentária atual. Por isso, propostas como a da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), que falam em percentual dos recursos de impostos sem incidência da DRU, são ainda insuficientes (e incompatíveis com a meta defendida pela própria SBPC de 7% do PIB para a educação, a não ser que os recursos do ensino superior fossem percentualmente ínfimos nesses 7%).²⁰

Os reitores parecem ter percebido isso e, no documento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) sobre o anteprojeto do MEC, divulgado em 30 de abril de 2005, falam em triplicar os atuais recursos transferidos pela União para as instituições federais de ensino superior (Ifes), fixando um montante de 50% dos 18% sobre a receita bruta do tesouro (o que inclui as contribuições e os repasses constitucionais aos estados e sobre o que não incide a DRU).²¹

Tanto as propostas do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) para o financiamento das Ifes (expressas na *Agenda* citada), quanto as da Andifes (registradas nesse último documento) são incompatíveis com a lógica das políticas econômicas do governo.

A proposta do Andes-SN é que o montante de gastos públicos (governos federal, estaduais e municipais) com o ensino superior se eleve dos atuais

²⁰ A proposta da SBPC de modificação do projeto do governo pode ser lida no sítio da entidade — www.sbpcnet.org.br — conforme versão acessada em abril de 2005.

²¹ Conforme www.andifes.org.br, consultado em abril de 2005.

0,9% do PIB para 2% nos próximos dois anos, projetando 2,7% do PIB em 2011. Para as Ifes isso representaria superar os atuais 0,6% do PIB de gastos atuais, para 1,1% no curto prazo e 1,4% até 2011. Para os que acharem essas propostas irreais, é preciso lembrar que, em 1989, o MEC gastava cerca de 1% do PIB com as Ifes e que a reversão do desastre educacional dos anos 1990 (ainda em curso neste terceiro mandato da "Era FHC") é o primeiro passo para a expansão das vagas públicas e gratuitas na educação superior.

Neste sentido, verbas e vagas são discussões casadas. Vimos que o MEC propõe a elevação do percentual de matrículas no setor público para 40% do total nos próximos anos e que tal meta é inexequível nos marcos do projeto, visto que o setor privado não estacionará nos níveis atuais de matrícula (pelo contrário, com as vantagens do ProUni e das desregulações previstas na proposta tende a crescer ainda mais) e a manutenção dos orçamentos insuficientes inviabiliza qualquer expansão do setor público. A proposta do Andes-SN (expressa na *Agenda*) permitiria a elevação das matrículas nas Ifes, das atuais 532 mil para cerca de 1,5 milhão em 2001. Tal elevação das matrículas se viabilizaria com o crescimento das verbas necessárias para resolver os dois pontos de estrangulamento atual das Ifes: as verbas de Outros Custeios e Capital (OCC, manutenção e expansão das instalações e verbas próprias para assistência estudantil e apoio a projetos acadêmicos), devem ser equivalentes a 25% do total do orçamento das Ifes; e a abertura de novos concursos para docentes (20 mil vagas nos próximos anos seriam necessárias) e técnico-administrativos.

Lembre-se que a proposta da *Agenda* prevê a manutenção dos aposentados na folha de pagamento do MEC, com repasse do tesouro para tanto e garantia de salários integralmente paritários, mecanismo essencial de preservação de direitos e dignidade, além de ponto pacífico para qualquer proposta de valorização do trabalho e atração dos melhores quadros nas Universidades Públicas.

Não custa, por outro lado, comparar recursos do setor público (minguan-tes) com os subsídios ao setor privado (crescentes). Toda a lógica da política econômica do governo, que prioriza o pagamento da dívida na distribuição das verbas orçamentárias é incompatível com medidas conseqüentes de expansão do setor público. Porém, como intervenção emergencial, muito já poderia ser feito visto que há de onde cortar para elevar as verbas públicas

para o ensino superior, que garantiriam o crescimento de vagas nas melhores instituições universitárias, as públicas, com gratuidade e qualidade. Vimos que os recursos do FIES, que alimentam as bolsas para estudantes no setor privado são da ordem de R\$1 bilhão por ano hoje. Já o famigerado ProUni custará aos cofres públicos cerca de R\$ 2 bilhões por ano. A suspensão desses programas com a reversão dos recursos neles aplicados para o ensino superior público significaria a possibilidade de expansão ampla e imediata das vagas efetivamente gratuitas nas instituições que realmente possuem compromisso com a qualidade.

Ao apresentarmos dados e propostas contidos em documentos como o *Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira*, fruto dos Congressos Nacionais de Educação (Coneds), ou a *Agenda para o Ensino Superior* formulada pelo Andes-SN, como contrapontos aos frágeis argumentos da propaganda governista, não o fizemos por acaso. O engajamento de muitas entidades nacionais da área de educação – do campo sindical, estudantil ou acadêmico – na resistência às reformas neoliberais nos anos 1990 explica a realização de eventos como os Coneds e a elaboração de análises e projetos alternativos, efetivamente comprometidos com a defesa e expansão da educação pública. Na área específica do ensino superior, entidades como o Andes-SN acumulam há mais de duas décadas análises, propostas e projetos alternativos para a Universidade brasileira, sendo portanto insustentável apresentar sua oposição ao projeto do governo como caracterizada pela intransigência política, ou como desprovida de conteúdo e propostas.

Não há dúvidas, portanto, de que se a proposta do governo não resiste a uma mínima argumentação e procura-se blindá-la através de uma rede de apoio composta por intelectuais e dirigentes de entidades – incluindo mesmo muitas diretorias de entidades que possuem longo histórico de defesa da educação pública, tendo colaborado para a elaboração de propostas como as emanadas dos Coneds – esta adesão deve-se muito mais ao compromisso político partidário dos dirigentes, do que a coerência de propostas. Trata-se de fenômeno análogo ao do transformismo, ao qual aludimos anteriormente, manifestando-se aqui no campo dos intelectuais e das organizações vinculadas ao setor educacional. Por isso mesmo, o debate sobre o conteúdo de fato da contra-reforma universitária em curso interessa a todos os que se mantêm coerentes com os princípios da autonomia das organizações de clas-

se face aos diferentes governos e seus partidos e permanecem na defesa do caráter público da educação como condição mínima de um projeto consistente de transformação social. Mas um debate verdadeiro, não virtual ou pautado pela condição prévia da adesão governista, construído no interior das Universidades e com as bases das demais categorias de trabalhadores da educação, bem como com todos os setores organizados da classe trabalhadora que possuem no direito à educação pública em todos os níveis uma reivindicação histórica. O necessário movimento para barrar essa contra-reforma não se encerra no debate, necessitando ganhar as ruas, mas se este artigo contribui de alguma forma para fomentar a discussão, cumpriu seu papel.

Resumo: O artigo avalia de forma crítica a proposta em execução pelo governo de Lula da Silva de “Reforma do Ensino Superior”, apresentando-a como aprofundamento das mudanças de sentido privatizante introduzidas pela gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Em confronto, são apresentados alguns elementos das propostas alternativas formuladas por entidades e movimentos da área educacional.

Abstract: The article critically analyzes the undergoing “Reform of the Superior Educational System”, proposed by the Lula government, presenting it as a deepening of the privatizing changes started under the former president Fernando Henrique Cardoso. Contraposed to this, some elements of the alternative proposals formulated by organizations and movements of the educational area are introduced.